

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 104

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 16 DE AGOSTO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i>	<i>Irineu Colombo</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 09: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 06: Albanor Gomes (licenciado) - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho (licenciado) - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli (licenciado) - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moisés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama (licenciado); PSB - 01: Ricardo Maia; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSC 01: Miltinho Puppio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 075ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
16 DE AGOSTO DE 2000**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Luiz Carlos Zuk e Augustinho Zuk.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielese, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Marcos Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (50). Achando-se em licença os senhores deputados Edgar Bueno e Fernando Ribas Carli (02).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1520

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a anexação do Projeto de Lei nº 629/99 de autoria do deputado Nelson Justus ao Projeto de Lei nº 553/99 de autoria do deputado Ricardo Maia, por tratar-se do mesmo assunto (autoriza a criação da Circunscrição Regional de Trânsito em Marialva).

Sala das Sessões, em 16.08.2000.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 1521

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada de votação por 10 sessões do Projeto de Lei nº 629/99 de autoria do deputado Nelson Justus que tem por objetivo criar a Ciretran em Marialva.

Sala das Sessões, em 16.08.2000.

(a) NELSON JUSTUS

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 263/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Excelentíssimo senhor presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.08.2000.

(a) CLEITON KIELESE

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o título de cidadania honorária ao Excelentíssimo senhor presidente, Fernando Henrique Cardoso, pelas ações positivas em favor da pavimentação da BR-116, duplicação, contorno leste de Curitiba, trecho total de desvio da cidade de Curitiba, facilitando o trânsito e evitando centenas de acidentes que ocorriam anualmente neste trecho e também a assinatura da pavimentação da BR 476, ligação entre Bocaiúva do Sul e o município de Adrianópolis, num trecho de 93 Km, com investimento total nessas 3 rodovias de mais de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).

São sonhos como estes e mais tantos outros como o do Projeto Comunidade Solidária em mais de 60 municípios do Estado, atendendo a comunidade mais necessitada, como também os projetos de reestruturação do Estado na área da educação, saúde, habitação, de emprego e tantos outros, não havendo qualquer dúvida que o Governo Federal, nos últimos 5 anos, investiu mais que os últimos 4 Presidentes juntos, em nosso Estado,

incluindo também o cumprimento das emendas dos senhores deputados federais e senadores da República.

PROJETO DE LEI Nº 264/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Excelentíssimo senhor ministro dos Transportes, Eliseu Padilha.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.08.2000.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o título de cidadania honorária ao Excelentíssimo senhor ministro, Eliseu Padilha, pelas ações positivas em favor da pavimentação da BR-116, término da duplicação, contorno leste de Curitiba, trecho total de desvio da capital, facilitando o trânsito e evitando centenas de acidentes que ocorriam anualmente neste trecho e também a assinatura da pavimentação da BR 476, ligação entre Bocaiúva do Sul e o município de Adrianópolis, num trecho de 93 Km com investimento total nessas 3 rodovias de mais de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), incluindo também a já entregue Ponte do Rio Ribeira, ligando Adrianópolis ao município de Ribeira, no Estado de São Paulo, reabrindo as portas da aliança entre o Vale do Ribeira, do Estado do Paraná e o Vale do Ribeira do Estado de São Paulo.

A este homem público, que investiu mais em nosso Estado, mais do que os últimos 5 ministros dos Transportes juntos, na questão de rodovias e reestruturação urbana, justifica-se este título com todo mérito.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Nº 265/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica acrescido parágrafo único ao artigo 1º, da Lei Complementar nº 59, de 01 de outubro de 1991, com a seguinte redação:

“Art. 1º - ...

Parágrafo Único - Para habilitar-se ou para continuar a receber os benefícios de que trata o *caput* deste artigo, a prefeitura municipal deverá apresentar à entidade estadual responsável pelo gerenciamento de recursos hídricos e meio ambiente do Estado, lei municipal destinando os recursos mencionados por esta lei à preservação ambiental”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.08.2000.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei complementar com o objetivo de assegurar o destino dos recursos aos municípios, concedidos pela Lei Complementar nº 59, que dispõe sobre a repartição do ICMS aos municípios com mananciais de abastecimento e unidades de preservação ambiental.

Gostaríamos de deixar ressaltado que nosso objetivo com relação ao presente projeto de lei complementar é de que a verba destinada ao município, oriunda do ICMS, seja tida como verba carimbada e que seja destinada única e exclusivamente a itens de preservação ambiental, tais como preservação de mananciais, combate a erosão, contratação de guardas florestais, cercamento de parques para evitar que lixo seja jogado, enfim, toda ação que demande preservação ambiental.

Esperamos poder contar com o apoio dos nobres Pares na aprovação do presente projeto de lei complementar.

SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Cleiton Kielse.

O SR. CLEITON KIELSE

Senhor presidente, senhores deputados:

Venho, neste momento, não só prestar contas sobre a reunião que fizemos junto com o presidente do IAP, junto com membros de mais de 10 ONG's, em Adrianópolis, com mais o deputado federal Luciano Pizzato, numa audiência pública, com mais de mil habitantes da região de Bocaiúva do Sul, Tunas e Adrianópolis. E viemos também com uma notícia muito, mais muito interessante para o Estado do Paraná: a questão da explicação sobre o projeto ambiental que a PROJEC teria feito junto a BR-476 teria sido aprovado acerca de 15 dias atrás pela Secretaria do Meio Ambiente. E na segunda-feira passada quando estivemos com a população de Adrianópolis e de todo o Vale do Ribeira, conseguimos não só a anuência dos demais participantes das ONG's, mas também o acerto com todos os prefeitos da região para que amanhã, às 15 horas, nós tenhamos o ministro Eliseu Padilha, juntamente com a maioria dos secretários de Estado, com a presença do governador Jaime Lerner, de todos os prefeitos do Vale do Ribeira, acredito que o prefeito Cássio Tanigushi. E, neste momento, venho convidá-lo para que todos os parlamentares, que tenham vínculo ou não na questão eleitoral com a nossa região do Vale do Ribeira, estejam presentes para a assinatura do convênio que é um sonho da região do Vale do Ribeira.

Deputado Algaci Tulio; deputado Carlos Simões; deputado Nelson Justus; deputado Édson Strapasson; deputado Vanhoni; deputado Luiz Carlos Martins; depu-

tado Geraldo Cartário, e tantos outros parlamentares que conhecem muito bem a realidade da nossa região, imaginem o investimento, hoje, da ordem de 30 milhões de reais que serão divididos nos próximos 03 anos pelo orçamento federal e que nós já vamos ter o início das obras da pavimentação dessa BR, senhor presidente, a partir dessa quinta-feira, dia 17 de agosto, onde com toda a certeza nós teremos não apenas a motivação da comunidade do Vale do Ribeira, mas dos empresários que querem investir dentro da nossa região, que já comunga com mais de 30 grandes empresários na área madeireira, na área de mineração que querem, a partir da conclusão do asfalto até o município de Tunas do Paraná, investir em mais de 50 milhões de reais com a pavimentação.

Essa parceria só é realmente possível, senhor presidente, pela parceria que tivemos com o governo do Estado do Paraná, com o presidente Fernando Henrique, onde apresento hoje uma solicitação à Assembléia, e peço a anuência dos demais deputados, para um título de cidadania honorária ao presidente Fernando Henrique, não apenas pela assinatura desse convênio, mas pela conclusão da BR 116, da 376, da 476, início das obras, e tantas outras parcerias que apresentaremos na justificativa do projeto, na seqüência. E também ao ministro Eliseu Padilha, que pela conclusão da ponte de ligação Adrianópolis a Ribeira, no Estado de São Paulo, e tantos outros projetos em andamento em nosso Estado que justificariam, sem sombra de dúvidas, a anuência pela Assembléia Legislativa destes 2 projetos de cidadania honorária.

Por isso é uma prestação de contas da reunião de segunda-feira, onde fomos representar a Assembléia e a presidência da Comissão de Meio Ambiente junto ao município de Adrianópolis e a todos os municípios do Vale do Ribeira e que neste momento venho apenas agradecer a Vossa Excelência, presidente Nelson Justus, porque acreditamos ser um sonho de Vossa Excelência também como um dos representantes do Vale do Ribeira.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Grande Expediente, com a palavra o deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada:

Hoje, esta Assembléia vai apreciar um projeto de lei de autoria do governo do Paraná que visa autorizar que as contas do governo do Estado, das vinculadas do governo do Paraná, permaneçam por 5 anos na instituição que vier a comprar o Banco do Estado do Paraná.

Primeiramente, senhor presidente, queremos deixar claro a esta Casa que somos contrários à venda do Banestado porque, na nossa opinião, o Banco do Estado do Paraná é de fundamental importância no fomento da nossa economia. O Banco do Estado do Paraná é a mão

do governo na roça, na lavoura, na indústria, no comércio. É, na verdade, um elemento fundamental para a economia do Paraná e nós, como paranaenses que amamos o nosso Estado, não queremos nos desfazer deste patrimônio importante que é o Banestado.

Senhor presidente, o que precisamos é fazer uma averiguação profunda, uma investigação profunda para saber porque o Banco do Estado do Paraná foi afundado da maneira como foi, pelo atual governo do Paraná. Por que um banco com vida, por que um banco que no ano de 1993 foi o primeiro banco público no ranquing em aferição de lucro, se tornou, de 1995 para cá, uma massa falida?

Nós temos que descobrir estes números para nos dar exatamente a idéia do que aconteceu com o Banestado. Possuo documentos em minhas mãos e um ofício do governador Jaime Lerner encaminhado ao Banco Central do Brasil em 05.01.1995, portanto, cinco dias após o governador ter assumido os destinos do Paraná, onde ele fala textualmente; onde ele ressalta a condição favorável do Banco do Estado do Paraná.

Diz o governador Jaime Lerner: “O conglomerado apresenta-se com uma situação favorável mas que, por necessidade de manutenção da política federal de austeridade monetária e o convívio de taxas de inflação próximas a zero, poderá sofrer sérias dificuldades se não forem tomadas medidas urgentes de ajustamento”.

Quer dizer, o governador Jaime Lerner, no dia 05 de janeiro de 1995, informa ao Banco Central do Brasil que o Banco do Estado do Paraná estava em boas condições. E de lá para cá, o Banco do Estado do Paraná do Paraná entrou em ribanceira, ladeira abaixo, comandado, naturalmente, por idéias, por jeitos, por gestores que não prezaram a boa técnica administrativa, a boa conduta administrativa.

No dia 13 de junho de 1999, senhor presidente, o então presidente do Banco do Estado do Paraná, Luiz Antônio Fayet, homem conhecedor da matéria - tanto é que o governador Jaime Lerner o designou para ser presidente do Banco do Estado - disse em entrevista que o Banco do Estado do Paraná foi quebrado pelos sucessores dos governos anteriores, pelos sucessores dele, Fayet, quando deixou o Banco do Estado. O economista Luiz Antônio Fayet relata pormenorizadamente os atos, os desatinos, das pessoas que naufragaram o Banco do Estado do Paraná.

Senhor presidente, vamos apreciar, aqui nesta Casa, este projeto de lei que culminou, que vai culminar, porque o governo detém a maioria nesta Casa, com a venda do nosso patrimônio, com a venda desta mão do governo na lavoura, na agricultura, na indústria e no comércio, que é o Banco do nosso Estado. E sabemos, senhor presidente, que esta desgraça aconteceu exatamente pela falta de honestidade das pessoas que governaram, que dirigiram o Banco do Estado e que nele tinham influência.

Encontra-se em minhas mãos uma relação de 134 empréstimos de empresas e pessoas físicas que conseguiram empréstimos no Banco do Estado, mesmo com a reprovação do gerente, mesmo com a não aprovação do gerente regional do Banco do Estado, mas que foi definida a liberação do empréstimo pela diretoria do Banco do Estado e pelo Conselho Fiscal, mesmo gerente da agência lá da cidade, conhecedor profundo negando o empréstimo. Depois, o gerente regional do Banco negou o empréstimo. Mas veio para Curitiba, a direção do Banco autorizou o empréstimo avalizado pelo Conselho do Banco.

Cento e trinta e quatro empresas, senhor presidente, que totalizam 254 milhões de dinheiro jogado pelo ralo da imoralidade! Aqui está o “furo” do Banco do Estado! Aqui estão os motivos da falência do Banestado! Dinheiro emprestado para quem não merecia o crédito! E o gerente do Banco, lá das agência, disse que “esta pessoa não pode receber o empréstimo”. O gerente regional falou “esta pessoa não pode receber o empréstimo”. Mas a diretoria, benevolente, amável, caridosa, apoiada por um Conselho Administrativo, benevolente, amável, causaram este “furo” de 254 milhões de reais aos cofres do Paraná.

E sabem para quem está a dívida, hoje? Para o povo do nosso Estado. Para o contribuinte. Para o desempregado. Para o agricultor. Para a população do nosso Estado. Dinheiro desviado pelas mãos sujas daquele que não têm honradez! Deixaram uma conta pesada para o povo do Paraná! Duzentos e cinquenta e quatro milhões! Documento, senhor presidente, do próprio Banco do Estado, que encontra-se em nossas mãos, mostrando porque é que a dívida do Banco foi de 5 bilhões e 100 milhões de reais. Sem falar dos 349 milhões do Banestado Leasing, dinheiro emprestado para firmas fantasmas, para firmas inexistentes, para firmas de outros Estados, numa clara evidência de marmelada, de maracutaia, de desonestidade, 343 milhões de reais que foram surrupiados do Banco, da Banestado Leasing, redundam, senhor presidente, no naufrágio do Banestado.

É por isso que o Banco está sendo privatizado, está sendo vendido, o Banco do povo do Paraná. E os precatórios, e os precatórios? Estamos fazendo um levantamento, senhor presidente, de quantos milhões de reais foram acertados em precatórios com descontos abusivos e vergonhosos. Estamos fazendo o levantamento que logo, logo teremos em nossas mãos.

Por isso não dá para aceitar passivamente a má gestão, a falta de honestidade, a falta de transparência, ao esbulho que este governo patrocinou não só no Banestado, mas em quase todos os órgãos da administração pública do Estado do Paraná, tornando-se uma vergonha absoluta para todos nós paranaenses.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Acho, deputado Nereu, que o mais grave desta situação toda é que nós, infelizmente, alertamos a Assembléia Legislativa no ano de 96 e 97, convocamos por três oportunidades a diretoria do Banestado para discutir os problemas do nosso Banco e esta documentação toda que comprovou o assalto feito na Banestado Leasing, na realidade circulou, passou pelas mãos de todos os deputados aqui na Assembléia Legislativa.

Os contratos da Rápido Laser, os contratos das empresas de Sergipe, a falta de garantias, toda esta documentação de posse do Ministério Público estadual e federal estava nas mãos dos deputados e não fizemos nada. Tentamos realizar uma CPI para investigar e parar com o desvio de recursos públicos junto ao Banco do Estado e infelizmente a Assembléia se negou a fazer uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Mas o mais grave de tudo isto é que o governador do Estado do Paraná foi alertado. O governador foi alertado não somente pelas notícias destes escândalos que foram veiculados pela imprensa do Estado do Paraná, foram reproduzidos contratos fraudulentos nos jornais da nossa cidade, esta documentação veio a público.

Mais ainda, a administração do Leasing tal qual questionamos e evidenciamos que estava sendo de maneira ilegal e ilícita fraudando o interesse público continuou na Banestado Leasing, mesmo depois das auditorias, mesmo depois do alerta feito pela Assembléia Legislativa, pela Bancada de Oposição, mesmo depois da convocação da diretoria para vir explicar junto a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Como se isso não bastasse, temos uma Ata da diretoria do Banco do Estado, das conversas que foram proferidas entre os membros da diretoria, quando senhor Neco Garcia era presidente do Banco do Estado. Temos tanto a fita gravada quanto a transcrição destas fitas, destas conversas na diretoria. E pasmem os senhores, o governador do Estado, senhor Jaime Lerner, tomou conhecimento através do presidente do Banco do Estado do Paraná, senhor Neco Garcia, dos problemas que estavam acontecendo na Banestado Leasing. Existe até uma expressão do próprio presidente do Banco nesta época, senhor Neco Garcia, afirmando que os administradores da Banestado Leasing não passavam de ladrões. Levou isto ao conhecimento do homem que deve representar os interesses do povo que Paraná.

Será que os interesses do povo do Paraná não são os interesses da ética, da compostura diante do administrador público perante a administração daquilo que interessa ao povo do nosso Estado? E vejo que, infelizmente, nenhuma atitude foi tomada de lá para cá.

Agora, infelizmente, os paranaenses vão ter que arcar com o empréstimo de cinco bilhões de reais se o curso das coisas continuarem desta maneira para encobrir um rombo que foi feito no nosso Banco, no Banco dos paranaenses, muito maior este escândalo do que este que a gente assiste pela televisão que envolve o Juiz lá do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, que desviou

uma soma grandiosa de recursos na ordem de duzentos e sessenta milhões de reais. Um senador já foi cassado em função das investigações feitas no Congresso Nacional, o ex-secretário, chefe de gabinete da presidência da República, envolvido de todas as formas pelas informações que se tem, pelos indícios que se tem das ligações com o Juiz Nicolau do TRT de São Paulo. O Banestado Leasing deu um prejuízo no mínimo de cento e cinquenta milhões a mais do que o TRT de São Paulo, e infelizmente a Assembléia Legislativa não tem a envergadura política, ética de corresponder aos interesses do Paraná para abrir uma CPI e investigar esse caso, que é na realidade um grande escândalo da administração pública do nosso Estado. Vossa Excelência está de parabéns, nós não queremos a privatização do Banco do Estado para trazer um problema social para os cinquenta mil banestadenses que dependem dessa empresa, mas mais ainda, não é pelo problema social, pela ausência de uma empresa de fomento, que ao longo desses setenta anos de existência nunca precisou pegar um centavo do Tesouro, dos impostos dos contribuintes do Estado do Paraná para socorrer, ou para pagar o salário dos seus funcionários. Uma empresa que captou a poupança dos paranaenses e aplicou na produção do nosso Estado. Infelizmente pela administração que foi dada de 95 para cá sobre a conduta do senhor Domingos Murta Ramalho e do senhor Neco Garcia levou o Banco do Estado a esse estado de falência. Nós não queremos a privatização para encobrir o maior rombo, o maior roubo à administração pública do nosso Banco. Nós queremos uma CPI que possa investigar e que depois sim a sociedade paranaense possa discutir quais são os destinos desse Banco, mas antes disso vamos punir os responsáveis por tamanho assalto aos cofres públicos. Era isso, Vossa Excelência está de parabéns.

O SR. NEREU MOURA

Meu caro prefeito Ângelo Vanhoni, eu quero discordar de Vossa Excelência com relação a atuação do governador. Ele fez sim, quando saiu o escândalo da Banestado Leasing o governador agiu prontamente, e levou o presidente da Banestado Leasing para ser o seu secretário de Esporte e Turismo, imediatamente. O governador sabia naquela época, e Vossa Excelência fazia discurso aqui nesta Tribuna, o deputado Luis Cláudio Romanelli, e o governador chamou o cidadão que hoje é falecido, gostaria que estivesse vivo para que nós pudéssemos estar discutindo, para ser o seu secretário de Esporte e Turismo. A única atitude que tomou. E olha, somando, senhor presidente, os trezentos milhões de títulos podres comprados de Alagoas, Santa Catarina e Osasco, somando os duzentos e cinquenta e quatro milhões emprestados para pessoas que tiveram indeferidas as suas operações nas agência locais, somando trezentos e quarenta e três milhões da Banestado Leasing, só nesse furo, só neste rombo são oitocentos e noventa e sete milhões de reais jogados no ralo da imoralidade, desviado do povo do Paraná, só nesses três furos oitocentos e noventa

e sete milhões de reais que o povo do Paraná vai ter que pagar pelo desatino administrativo deste governo.

Mas, senhor presidente, o governador Jaime Lerner quer agora fazer um presente, quer brindar a empresa que vir a comprar o Banco do Estado, e um brinde generoso, um brinde fantástico, se não bastasse tudo isso que nós já relacionamos aqui. E olha, senhor presidente, numa afronta nunca vista nesse parlamento, mandou um projeto de lei a esta Assembléia pedindo autorização para firmar convênio, permanecendo as contas do governo do Paraná, e das vinculadas, por durante cinco anos nos cofres, ou nas contas do banco que venha a comprar o Banestado.

Agora, projeto de lei está tramitando nesta Casa e vai ser votado hoje. O governador mandou no dia 19 de julho o projeto de lei, só que no dia 29 de setembro de 99, quase há um ano atrás pasmem os senhores deputados, o secretário Giovani Gionédís encaminhou expediente aos bancos que estavam cadastrados, oferecendo essa garantia aos bancos. Em setembro de 99 manda o ofício aos bancos que já estavam cadastrados, para participar do leilão do Banestado, oferecendo a garantia da permanência de cinco anos, nas contas do governo do Paraná, na empresa que viesse adquirir o Banco do Estado.

Ora, é na verdade um menosprezo a esta Casa, uma usurpação de poder e um crime de responsabilidade. Como é que o secretário da Fazenda, presidente do Conselho do Banco do Estado, pode se arvorar no direito de mandar um ofício, sem a competente autorização legislativa - demonstra pouco caso pelo Poder Legislativo do Paraná.

Há um ano atrás, o secretário diz aqui: "O processo de saneamento do Banestado encontra-se em fase final. A transferência de seu controle acionário, para o setor privado, está previsto para o segundo semestre do próximo ano, o ano 2.000. Neste sentido será celebrado contrato de prestação de serviço financeiro entre o Banco do Estado do Paraná, Banestado, abrangendo o pagamento de funcionários públicos e fornecedores, bem como serviços de arrecadação mantendo a qualidade de agente arrecadador e centralizador da arrecadação tributária estadual, pelo prazo de cinco anos."

Ora, não dá para aceitar. E, agora, somente agora, manda o projeto de lei para a Assembléia, pedindo autorização. Não dá para aceitar uma violência como essa, uma usurpação do poder. Primeiro, para fazer esse expediente, teria que ter a aprovação deste Parlamento. Senhor presidente, é um tapa na cara de todos os deputados, aqui, com assento, nesta Casa. É uma bordoadada na cara do povo do Paraná, que se faz com essa armadilha, sem a competente autorização - como agora está tentando corrigir esse vício de origem.

Senhor presidente, vamos aos números. O governo do Estado deverá depositar nos próximos 60 meses, 18 bilhões de reais, nas contas desse banco, que vai comprar o Banestado. Pelas normas atuais do Banco Central, que refere 65% de todos os depósitos à vista na rede bancária e

remunera à taxa do Celic, de 16,5 ao ano, por esses cálculos, só de rendimento cativo, deputado Vanhoni, e sem risco algum, o grupo que ficar com o Banco do Estado do Paraná, ganhará no período um bilhão e 500 milhões de lucro, só com a aplicação em títulos da dívida pública federal - só por essa brincadeira que vamos fazer. E só com essa autorização de permitirmos que durante cinco anos, as contas do governo e das vinculadas permaneçam nesse banco que vier a comprar o Banco do Estado do Paraná.

Senhor presidente, senhores deputados é bom lembrar que o Banco do Estado do Paraná no primeiro trimestre do ano 2.000 aferiu um lucro de 160 milhões de reais. Que negócio é esse que o Jaime Lerner está fazendo? Não conseguimos entender, paga-se 5 bilhões e 100 milhões para sanear o Banco do Estado, vende-se o banco que dá um lucro, nos meses primeiros do ano 2000 de 160 milhões, deverá vender por 400 ou 500 milhões. Num ano o comprador do banco já vai ser ressarcido por aquilo que pagou afora o lucro que vai ter por ser durante 5 anos o detentor das contas do Governo do Paraná e das suas vinculadas.

Por isso, nós do PMDB colocamos aqui, com muita clareza, nossa posição de denunciar este assalto aos cofres do Paraná, tamanha é a irresponsabilidade de um governo que foi eleito com a esperança, profunda, do povo do Paraná! De um governo que foi eleito para fazer a transformação mas que transformou o bom no ruim, que transformou o vinho em vinagre, que transformou a esperança em tristeza, que transformou o dia claro da luz na escuridão absoluta, um governo que liquidou com o nosso Estado!

Este é, na verdade, o script que assistimos no Paraná, e o Banco do Estado do Paraná, patrimônio do nosso povo, que durante 70 anos foi construído com a força e a garra da população do nosso Estado, estamos vendo a sua liquidação, estamos vendo a sua entrega, graciosamente, ou para grupos internacionais ou para amigos daqueles que se encontram, esplendidamente, instalados nos berços do Palácio, nos cargos confortantes do Poder! Enquanto isso a população sofre, os funcionários padecem, a agricultura cambaleia e por aí vai, senhor presidente.

Por isso deixamos clara aqui a nossa posição, contrária a venda do Banco, contrária a permanência, durante 5 anos, das contas do governo do Paraná, na instituição que for arrecadar o Banestado. O que seria melhor para o governo? Negociar. Já que vai vender o Banestado negocie com aquele banco que oferecer melhor taxa, negocie com aquele banco que compensar o governo, que der indicativos de um bom negócio para um governo. Ora, isso qualquer criança sabe mas o governo Lerner não quer saber disso! O governo Lerner quer entregar, logo de

uma vez, por durante 5 anos, comprometendo os próximos governos!

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Nereu Moura, me permite um aparte? **(Assentimento)**

Quero inicialmente dizer a Vossa Excelência que repetidas vezes já disse aqui, em apartes ou na tribuna, que a privatização dos bancos estaduais não é nenhuma novidade para nós. Governos do PMDB estão privatizando os seus bancos. Vossa Excelência sabe da crise que assolou os bancos estaduais e todos os bancos, inclusive privados, caso do Bamerindus.

Quando Vossa Excelência fala e fala intensamente no governo Jaime Lerner, é seu direito de fazer a crítica ao governo Jaime Lerner. Mas quero dizer a Vossa Excelência que, pelo menos, 70% dos problemas que o Banestado tinha e que foram sanados pelo governo Jaime Lerner são oriundos de governos anteriores, aos quais Vossa Excelência deu sustentação, nesta Casa.

Uma outra questão importante que seja esclarecida, Vossa Excelência disse aqui que o Banco deu um lucro de 160 milhões nos últimos 3 meses. Este lucro não é lucro de operações efetuadas pelo Banestado. É oriundo de uma ação que o Banestado impetrou e que ganhou em questões do PIS e PASEP. Não são lucros do Banco. Aparece sim no balanço do Banco, mas é origem dessa ação. Provavelmente do próximo trimestre não teremos esse lucro. Se o banco não for privatizado até o final do ano, certamente a partir de janeiro o governo do Paraná terá que alavancar recursos para dar sustentação ao Banestado.

Discordamos da posição de Vossa Excelência. E quero dizer mais, quando queremos aprovar esse Projeto de Lei nº 012 é para que as contas fiquem vinculadas ao Banestado. Porque é uma forma de valorizar o patrimônio do Banestado. O banco que vier adquirir o Banestado, pagará mais, por ter essa vinculação dos recursos públicos. O que ganharia o governo do Paraná se mudasse a movimentação de suas contas para outro banco? Não ganharia nada. Esta lei é uma forma de valorizar o patrimônio do Banestado.

Paira no ar uma dúvida que o governo do Paraná quer dirigir a venda do Banestado para uma determinada instituição. A pré-qualificação está sendo feita pelo Banco Central. Não há dúvida.

Quero colocar novamente à disposição, apesar de já ter tido audiência pública no dia 04 de agosto, o senhor secretário da Fazenda e o presidente do Banestado para um novo encontro e que possam esclarecer todas as dúvidas, porque queremos deixar essa questão toda transparente. É essa a nossa vontade e a determinação do governador Jaime Lerner.

O SR. NEREU MOURA

Uma carta ao Banco Central, a não ser que o governador seja mentiroso. Não acredito que seja. Está aqui

nas minhas mãos uma cópia da carta que o governador mandou ao Banco Central.

O Sr. Valdir Rossoni

Vossa Excelência deputado Nereu Moura está faltando com o decoro parlamentar, ao chamar o governador de mentiroso.

O SR. NEREU MOURA

Já lhe dei o aparte deputado Valdir Rossoni. Disse aqui que não acredito que o governador Jaime Lerner seja mentiroso, ou ele mentiu no papel, que está aqui na minha mão, dizendo que o Banco do Estado estava em condições favoráveis, em condições boas. Como é que vem dizer agora, que foram os governos anteriores, ou ele mentiu no papel quando mandou ao Banco Central ou está mentindo agora. “Ou uma ou duas”.

Se fosse verdade que o banco estava em condições difíceis o governador deveria ter posto aqui neste papel, neste documento que ele mandou ao Banco Central. Ele disse ao contrário, ele falou: Tanto está em condições boas, o conglomerado apresenta-se com uma solução favorável diz o governador no expediente que mandou ao Banco Central. De forma que a crise não está nos governos anteriores, a crise está no Banestado Leasing, trezentos e quarenta e três milhões.

A crise está nos títulos pobres comprados pelo Banco do Estado, nos empréstimos realizados sem o acompanhamento do gerente da agência local. O gerente disse: - Não empreste. Mas a diretoria do Banco e o Conselho autorizaram o empréstimo, 143 empresas perfazendo 254 milhões. Aí está o buraco da bala. Não é nos governos anteriores.

Se o governo quisesse valorizar o Banco do Estado, ele não vendia o banco. Ele quer valorizar as empresas que vão comprar esse banco, com o dinheiro acessível.

O Banco do Estado vai fechar dezenas de agências no interior do Paraná, com a venda vai demitir funcionários, a economia do Paraná vai ser aniquilada. Não venham com a história que vai ser a C.R. Almeida que vai comprar ou a Inepar ou qualquer outro grupo. Para nós não interessa se o grupo é do Paraná ou de fora, o que nos interessa é que o banco fique na mão do governo como instrumento de fomento da nossa agência, alavancando o nosso desenvolvimento, produzindo riquezas, produzindo divisas, apoiando agricultura, o comércio, a indústria é essa a finalidade do Banestado.

É por ela que nós defendemos gritamos e esperneamos. Para nós não interessa que fique na mão da iniciativa privada, para nós particular pode ser o Paraná ou pode ser de fora, tanto faz, visa o lucro.

A única coisa que visa o lucro.

Por isso fica aqui a nossa posição contrária a esse projeto de lei. Vamos votar contrário, terminantemente contra, porque ele não atende os superiores interesses da população do nosso Estado.

O Sr. Valdir Rossoni

Vossa Excelência talvez volte a Tribuna falar sobre a questão Banestado. Vossa Excelência poderia nos trazer explicações sobre a questão de uma conta CC5 que existia na época do governo Requião, de um dono vendedor de cachorro-quente, que tinha uma conta CC5. Esta explicação também seria importante. Aí já começa a justificar o porquê que o Banestado estava falido.

O SR. NEREU MOURA

Enquanto CC5 e seu governo é profissional. Só em Londrina tem mais de 30 contas fantasmas. Paraná foram milhões de reais, segundo Celso-3, lavados na fronteira do Paraná.

Lá, em Foz do Iguaçu tem um gerente de banco preso por lavagem de dinheiro.

Se teve irregularidade no governo anterior e não foi apurada é porque o governo de Vossa Excelência é ineficiente.

Sério! Deveria apurar. O povo elegeu para apurar, se não apurou é porque não quis. Porque é governador está de pleno exercício do seu mandato e se não apurou alguma eventual irregularidade do governo anterior, deve ser punido por crime de responsabilidade.

Esta é a grande verdade.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Horário das Lideranças.

No Horário da Liderança do PT concedo a palavra ao deputado Ângelo Vanhoni

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, senhores deputados.

A reflexão que quero trazer para os senhores deputados é, de certa maneira, o comportamento dos deputados que apóiam o governo do Estado do Paraná, que é representado aqui na Assembléia Legislativa pelo deputado Valdir Rossoni.

O deputado Nereu Moura explicou os problemas do Banco do Estado. Era um bilhão e seiscentos milhões para ser saneado - isso Mensagem do próprio governador, podendo ser negociado em ações da Copel em caução e, no entanto, logo depois, o governo além dos precatórios e além da Banestado Leasing acabou endividando o Estado do Paraná em cinco bilhões de reais. Trinta milhões por mês. Mas o grande questionamento é o seguinte: diante de tanta irregularidade no Banco do Estado, porque que a Assembléia Legislativa não faz uma Comissão Parlamentar de Inquérito, investiga com profundidade e faz a punição aos responsáveis.

Se diretores do banco cometeram atos lesivos à economia do nosso Estado porque não serem responsabi-

lizados? Por que esta resistência em buscar a verdade? Por que manter este estado de impunidade existente no território nacional, na vida de nós brasileiros? Ninguém aguenta mais, o Brasil não aguenta mais, o Estado do Paraná não aguenta mais sendo governado desta maneira.

Não estamos falando de um desvio de dez mil reais que já seria grave. Estamos falando de 367 milhões de reais da Banestado Leasing fora os problemas da Banestado Corretora que com a compra dos precatórios, chega a total de quase um bilhão de reais. Isto corrigido, deu um problema, um rombo no Banco do Estado.

E não adianta entrarmos nesse debate: Ah, porque o Banco do Estado foi governado pelo PMDB, então na gestão do senhor Roberto Requião ou na gestão do senhor José Richa ou na gestão do senhor Álvaro Dias também tivemos problemas. Quer dizer, este debate, a situação, aqueles que defendem a posição que o governo tenta trazer para a opinião pública não enriquece o debate político. Acho que quando estamos propondo uma CPI para investigar os problemas do Banco do Estado, seja de quem for, em qualquer período, pode ser investigado. O deputado Rossoni não precisa ficar nesse debate que não acrescenta nada à contribuição que a Assembleia Legislativa pode dar ao Estado do Paraná dizendo que alguém também foi culpado e por isso não precisamos fazer mais nada.

Nós fomos culpados pelo rombo da Leasing, mas vocês foram culpados pelo rombo talvez da conta CC-5, por isso estamos isentos, não devemos nada porque somos iguais! É esse o debate que o Povo do Paraná reclama dos homens públicos? É esta atitude? Não é. O Brasil não aguenta mais ser governado da forma como vem sendo governado: sem transparência, sem honestidade, sem uma postura ética dos governantes. E se nós que somos representantes do povo e temos um mandato popular, estamos numa instituição que pode fazer muito para contribuir para esse estado de coisas mudarem. Se nós tomarmos atitudes sérias que possam ir de encontro às aspirações da maioria da população do nosso País, infelizmente, o estado de coisas que o nosso País vive hoje tende a se aprofundar, trazendo muita tristeza para o povo brasileiro.

Já há um desencanto muito grande com a classe política. E quando se assiste que o Banco do Estado ou coisas negativas em relação à administração pública estão acontecendo e não se toma nenhuma atitude, a população tem toda a razão em cobrar da classe política aquilo que vem cobrando: postura ética, postura de honestidade e de transparência.

Então, o deputado Valdir Rossoni está profundamente enganado ao adotar este tipo de postura. O que o deputado Nereu pergunta à bancada do governo é o seguinte: por que os 40 deputados do governo não apóiam uma investigação a respeito do Banco do Estado se isto interessa ao povo do Paraná? Será que o governador Jaime Lerner está envolvido? Eu acredito que não! É o medo que esteja envolvido? Se estiver envolvido,

paciência! Eu não acredito que ele esteja envolvido mas administradores seus fizeram, com certeza, um derrame de dinheiro público no nosso Estado e precisamos acabar com este tipo de coisa, não aguentamos mais! Não tem dinheiro para a cesta básica!

(Utiliza o horário do PMDB)

Concedo aparte ao deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana

Vossa Excelência coloca exatamente a questão. Eu via no aparte do deputado Valdir Rossoni ele dizendo que grande parte destes problemas vieram de governos anteriores. mas que venha! Não estamos aqui querendo dizer que os problemas sejam do governo atual! Não estamos aqui com medo de investigar governos anteriores!

O banco é uma empresa pública e não acredito que o governador tenha um envolvimento direto com as ações do banco até porque não lhe compete diretamente aprovação ou não de um eventual crédito que aconteça no banco. O que me preocupa é o centro do seu pronunciamento: Então, vamos permitir um leilão de privatização do banco discutindo aqui quem roubou, mas, sem permitir que uma CPI levante o nome daqueles que acabaram com uma instituição paranaense?

Ora, Situação e Oposição, se atingir governos que são nossos, vamos pôr na cadeia os responsáveis pelos nossos governos que estiveram frente ao Banco do Estado! Agora, se for do atual governo vamos responsabilizá-los e pôr na cadeia também, sem medo de macular os governantes!

O que queremos é vender este banco o quanto antes e enfiar toda esta sujeira para abaixo do tapete e deixar que o povo do Paraná pague isto depois? Assuma as dívidas, as falcaturas, os roubos, os títulos podres, os empréstimos de Leasing que foram feitos sem nem sequer ter o endereço da firma que recebeu o empréstimo? Pôr tudo em baixo do tapete e colocar como débito do governo do Paraná, do Estado do Paraná para o paranaense pagar?

Acho que não! Eu gostaria que tanto a Situação como a Oposição se esmeirassem numa coisa: Vamos abrir uma CPI e o pessoal da Oposição de hoje procura mostrar que as coisas aconteceram no governo atual e, o pessoal da Situação procura mostrar que foram nos governos anteriores, não importa, vamos pôr a responsabilidade em quem quer que seja, do governo que tenha sido, menos no povo do Paraná que não tem nada a ver com isso.

O SR. ÂNGELO VANHONI

É isso, deputado Caíto Quintana, que a população espera de nós. Exatamente esta postura! Doa a quem doer, doa a qualquer governo, o que precisa é passarmos a limpo o Banco do Estado.

Agora, o que a população, o cidadão comum, a dona de casa, o profissional liberal, o arquiteto, o engen-

heiro não admitem é que trinta milhões de reais por mês sejam debitados na sua conta, por este descalbro que aconteceu com o Banco do Estado.

Eles não admitem porque trinta milhões é muito dinheiro!

Com cem mil reais nós construímos uma creche em qualquer cidade do Paraná para atender os filhos das mulheres carentes que precisam procurar empregos, trabalhar e deixar o seu filho. Com cem mil reais construímos uma creche para oitenta crianças.

E, estamos levando no ombro da população do nosso Estado uma dívida de 30 milhões por mês porque alguns irresponsáveis conduziram a política econômica do Banco do Estado e quem vai pagar é o cidadão comum que não tem a educação, o transporte escolar, um posto de assistência médica. Que não tem um ensino público de qualidade. Será que a população do Estado do Paraná merece este tipo de comportamento da classe política paranaense? Não merece. Por isso, estou de acordo com Vossa Excelência, deputado Nereu, e com os deputados que exigem uma comissão parlamentar de inquérito. Nós precisamos investigar. Não sei quem é culpado. Indícios, o Ministério Público já apontou e já comprovou uma série de irregularidades. Mas, nós sabemos que tem muito mais coisas para serem investigadas: a Banestado Corretora, na carteira de empréstimos do Banco do Estado, nas contas CC5, deputado Valdir Rossoni. O senhor sabe que na agência de Londrina, na agência central, o Ministério Público e a auditoria do banco identificou mais de 30 contas CC5 para fazer lavagem de dinheiro, envolvendo funcionários e gerente do Banco do Estado do Paraná. Isso agora, no ano de 97, 98 e 99.

Então, não é um problema relativo ao governo. É um problema de ética. Um problema de postura do administrador...

Vossa Excelência pode utilizar o Horário de Liderança do Governo que nós estaremos atentos escutando suas explicações e caso seja necessário, pediremos um aparte para podermos contraditar seus argumentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Horário destinado ao PFL.

(Declina)

No Horário destinado ao PSDB, concedemos a palavra ao deputado Antônio Carlos Baratter.

O SR. ANTÔNIO CARLOS BARATTER

Senhor presidente, senhora deputada e senhores deputados, entendo que nestas questões de privatização, é necessário que façamos uma análise conjuntural. Na minha opinião, é um pouco improdutivo ficarmos aqui discutindo o quanto de prejuízo deu para o Paraná o "Panela Cheia", o quanto este governo deu de prejuízo para o Paraná. Mas, precisamos fazer uma análise no contexto mundial.

A partir do final da década de 70 e com muita força na década de 80, o mundo começa a discutir as privatizações. Inicialmente, este processo se inicia na Inglaterra, com Margareth Thatcher.

O que ela fez? Ela chamou a sociedade e colocou para a sociedade alguns modelos de privatizações. Destes modelos, dois foram os mais importantes. Primeiro: sistema financeiro. Não só na Inglaterra, mas lá se iniciou. E na maioria dos países da Europa, os bancos foram privatizados. Ou seja, foram entregues à sociedade civil.

Outras empresas que na visão dos governos europeus, naquele momento, entenderam que era vital para a sociedade, que eram vitais para o cidadão, que tinham um coração. Porque banco privatizado ou estatal não tem coração. Ele pode ter seu coração no sentido de influências de política ou da política. Mas, na verdade ele tem que objetivar seu lucro.

Lá na Inglaterra, outro modelo de privatização, que é este modelo que eu defendo, por exemplo, para a Sanepar, eles fizeram o seguinte: uma parte das ações foram distribuídas para os funcionários, uma outra parte das ações permaneceu com o Estado; e 49% das ações restantes, foram entregues para o comando da sociedade civil, para a "grana" privada.

Esta é uma discussão que no meu ponto de entender é importante.

Quando o Gorbatchov assume o comando da Rússia, ele começa a percorrer o mundo mostrando que aquele livro de Karl Marx, chamado Dezoito Brumare (*sic*), aonde Marx imaginava o fim do estado, realmente isto se deu. Só que de uma forma inversa: quebrou pela sua podridão. Quer dizer, o Leviatã não tinha mais força para andar.

Ora, isto chega ao nosso País há uns 5 ou 6 anos atrás. E o que é que acontece com todos os bancos estaduais no Brasil? Quando começa a ir a fundo, o que é que observamos? Não de um governo de agora, do Paraná ou de qualquer outro Estado, mas nos últimos 10 anos percebe-se, através de estudos da economia, de que a maioria destes bancos tem sido utilizado uma parte de suas reservas para beneficiar pessoas, grupos e este dinheiro não volta, porque já a saída deste dinheiro é uma saída preparada. Então, o que aconteceu? Independente de ideologia a maioria dos governadores do Brasil querem fazer o que? Livrar-se urgentemente de seus bancos. E isto no Brasil não tivemos uma discussão profunda, porque se tivéssemos tido uma discussão profunda, poderíamos ter salvado várias empresas estatais que são importantes para o nosso Brasil. É o caso da defesa que o senador Álvaro Dias faz da Petrobrás. Ela tem uma visão diferenciada da questão de um banco.

Eu, por exemplo, analiso o seguinte, o caso específico da Sanepar - existe um estudo que mostra que no ano de 2.025 o planeta via passar por uma dificuldade terrível a respeito da água. Ora, então esta é uma discussão diferente. Não é simplesmente vender uma empresa. É pensar no social, porque aquele cidadão que não tem grana para

pagar sua conta de água no final do mês é diferente do que ter uma conta num banco. Um banco não tem coração, mas uma Sanepar pode ter coração. Acredito que esta deve ser a discussão das privatizações. Quando a questão das maracutais ou da CPI não é que não seja importante, mas acredito que é uma discussão que você joga fora com a água do banho à criança e você não entra naquilo que é importante.

O Sr. Caíto Quintana

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

Pois é, deputado Baratter, mas veja bem, a questão de prioridade é uma questão me parece no momento aqui no Paraná do primeiro comprador, porque vendemos grande parte das ações da principal empresa de água do nosso Estado, não temos o controle hoje mais, a direção já não é mais Sanepar, vendemos o controle e estamos prestes a vender o restante da nossa energia e concordo aí em gênero, número e grau com Vossa Excelência - quem no futuro tiver energia e água para ofertar a uma empresa que se estabeleça no Estado, por exemplo, terá muito mais do que isenção de imposto, benefícios fiscais ou coisa semelhante.

E temos aqui no Paraná um estado em primeiríssimo lugar em geração de energia e um estado que tem na sua empresa Sanepar um modelo para a América Latina, inclusive, e nós estamos privatizando.

Então, Vossa Excelência veja, e neste contexto entra o Banco do Estado que estamos discutindo aqui, Vossa Excelência veja que aqui não é o problema de discutir a estratégia futura, o problema é de vender antes para o primeiro comprador que aparece. Estamos nos desfazendo das nossas empresas públicas para poder sobreviver a desorganização que o Estado adquiriu na sua capacidade de investimento e de honrar os seus compromissos.

Lamentavelmente Vossa Excelência está coberto de razão, mas a Sanepar já foi embora, a Copel está indo e todas as outras irão.

O SR. ANTONIO CARLOS BARATTER

Obrigado, pelo aparte. Voltando a questão dos bancos, senhor presidente, o que aconteceu na Europa? A maioria dos países da Europa eles venderam seus bancos, aqueles bancos que chamamos de estaduais e ficou aquele banco que aqui no Brasil é o Banco do Brasil. Quando falamos da agricultura e eu estava lendo um relatório que há 35 anos atrás as pessoas eram reconhecidas politicamente como o deputado que defendia a criação do porco, como o deputado que defendia a criação da galinha e assim por diante.

Por quê? Porque tínhamos um banco aonde ele realmente incentivava o pequeno, o médio e o grande produtor. Na verdade, o que estamos precisando no meu modo de ver hoje no Brasil é redimensionar a importância do Banco do Brasil e que ele possa, enquanto institu-

ição, ter uma política agrícola que é isto que estamos precisando.

Na década de 70 este banco criou a indústria daquele sujeito que plantava e não colhia, mas arrecadava o Proagro e este dinheiro foi embora e estas coisas nós pouco discutimos.

Então, na verdade eu acredito que para o produtor do Brasil, o que interessa a ele é a revitalização e uma nova visão da política agrícola do Banco do Brasil. Quanto a questão do Banestado, senhor presidente, quero aqui dizer que vou votar favorável a sua privatização, não só em função das argumentações que aqui o fiz, mas por uma questão de análise pessoal que eu tenho o banco estadual que não nos interessa, que tem mostrado historicamente que as grandes políticas desenvolvidas a nível de agricultura são políticas feitas pelo Banco do Brasil. Obrigado senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PTB com a palavra.

(Declina)

Liderança do Governo.

(Declina)

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei complementar, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 054/2000, de autoria do deputado Nereu Moura, fica o Poder Executivo Estadual autorizado a criar, a Circunscrição Regional de Trânsito (Ciretran) no município de Catanduvas. **Aprovado.**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 055/2000, de autoria do deputado Nereu Moura, fica o Poder Executivo Estadual autorizado a criar, a Circunscrição Regional de Trânsito (Ciretran) no município de Capitão Leônidas Marques. **Aprovado.**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 195/2000, de autoria do deputado Miltinho Puppio, que autoriza o Poder Executivo Estadual a doar ao município de Cândido de Abreu, o imóvel que especifica, situado neste município. **Aprovado.**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 220/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que altera a redação do inciso XXXIII, do artigo 1º da Lei nº 4245, de 28 de julho de 1960, que criou o município de Moreira Sales. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 220/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o inciso XXXIII, do artigo 1º da Lei nº 4245, de 28 de julho de 1960, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - ...

XXXIII - Moreira Sales: com território desmembrado dos municípios de Goioerê e Campo Mourão, sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

1 - Com o município de Cruzeiro do Oeste

Inicia no encontro da divisa entre glebas as 16 e 12 da Colônia Goio-Erê com o Rio Goio-Erê, sobe por este até encontrar a divisa entre as glebas 19 e 14 da Colônia Goio-Erê.

2 - Com o município de Tuneiras do Oeste

Inicia no encontro entre a divisa das glebas 19 e 14 da Colônia Goio-Erê no Rio Goio-Erê, sobe por este até a foz do Rio Água Grande.

3 - Com o município de Janiópolis

Inicia no Rio Goio-Erê na foz do Rio Água Grande, sobe por este até encontrar a foz de um afluente a margem esquerda, nas coordenadas geográficas Latitude 24º07'17" e longitude 52º51'21".

4 - Com o município de Goioerê

Inicia na foz de um afluente a margem esquerda do Rio Água Grande, coordenada Geográfica latitude 24º07'17" e longitude 52º51'21", sobe por este afluente até sua cabeceira, coordenada geográfica latitude 24º07'44" e longitude 52º52'18", deste ponto segue por uma linha seca, atravessando a PR 458 até encontrar a cabeceira do Ribeirão Água Branca, coordenada geográfica latitude 24º07'50" e longitude 52º52'17", desce por

este até a foz do córrego Palmital sobe por este até encontrar a estrada que liga o bairro Colônia Sertanópolis ao Bairro Fonte Azul, segue por esta estrada até encontrar a divisa dos lotes 44 e 48 com os lotes 45 e 47 da gleba 12, 2ª parte da Colônia Goioerê, segue por esta divisa na direção geral Noroeste até encontrar o Rio Vorá, desce por este até encontrar a Estrada do Balanço, segue por esta na direção geral Oeste até encontrar a divisa entre as glebas 16 e 12 da Colônia Goio-Erê, no limite entre os municípios de Mariluz e Goioerê.

5 - Com o município de Mariluz

Inicia no encontro da Estrada do Balanço com a divisa entre as glebas 12 e 16 da Colônia Goio-Erê, segue por esta divisa na direção geral Norte, até encontrar o Rio Goio-Erê.

sala das Comissões, em 11.08.2000.

(a) CESAR SELEME - Presidente e Relator

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 360/99, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que proíbe depósitos prévios para internação em hospitais públicos e privados e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

Projeto - **Aprovado.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 629/99, de autoria do deputado Nelson Justus, que autoriza a criação de Circunscrição Regional de Transito (Ciretran), no município de Marialva. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E S.P..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Nelson Justus, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 629/99.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 632/99, de autoria do deputado Ademir Bier, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Médio Oeste. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda - **Aprovada.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 656/99, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que proíbe em todo o território do Estado do Paraná, a importação, a circulação, comercialização ou consumo de carne oriunda de países

que utilizem substâncias com anabolizantes, de origem natural ou sintética, usadas para fins de aumento de massa corporal de animais de abate para consumo humano. COM PARECERE FAVORÁVEL DA C.C.J. E C.A.I.C.. COM EMENDAS DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. A EMENDA 01 E CONTRÁRIA A 02.

EMENDAS PROPOSTAS, EM PLENÁRIO
PROJETO DE LEI Nº 656/99

P A R E C E R :

O projeto de Lei nº 656/99, de autoria do deputado Cezar Silvestri, proíbe, em todo território do Estado do Paraná, a importação, circulação, comercialização ou consumo de carne oriunda de países que utilizem substâncias com anabolizantes, de origem natural ou sintética, usadas para fins de aumento de massa corporal de animais de abate para consumo humano.

Foram apresentadas ao referido projeto de lei, em plenário, duas emendas, que passamos a analisar:

Emenda nº 01 - de autoria do deputado Divanir Braz Palma: Esta emenda incluiu somente o termo “derivados”, o que amplia o objeto do projeto de lei:

Emenda nº 02 - de autoria do deputado Orlando Pessuti: Esta emenda em nada altera o projeto de lei, pretende tão somente incluir o termo “expressamente”. Contudo, se a lei proíbe, a vedação já é expressa.

O Substitutivo proposto nesta Comissão de Constituição e Justiça foi sugerido pelo Departamento de Fiscalização da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Em face do exposto, emitimos Parecer favorável à tramitação da Emenda de Plenário nº 01 e contrário à tramitação da Emenda 02, propostas ao Projeto de Lei nº 656/99.

Sala das Comissões, em 08.08.2000

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

Apoiamento:

Algaci Tulio, Duílio Genari, Nereu Moura, Cesar Seleme, Moysés Leônidas, Serafina Carrilho, Pastor Edson Praczyk, (01) ilegível.

Em votação.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Para Encaminhar)

Senhor presidente e senhores deputados, esse projeto que estaremos votando em 2ª discussão é um projeto que até pelos acontecimentos atuais que vêm ocorrendo, principalmente com relação a Argentina, é um projeto extremamente atual, e que aqueles que tinham certas dúvidas, e pouquíssimas pessoas que deram a sua opinião contrária ao projeto sempre alegavam a preocupação, principalmente porque estaríamos talvez provocando uma reação por parte dos países do Mercosul.

Há questão de alguns dias atrás, a Argentina estava dificultando a entrada do frango brasileiro, em seu território, logicamente preocupada na proteção de todos aqueles que trabalham nesse setor. Tivemos também a dificuldade ocasionada pelo governo argentino, também da entrada de produtos manufaturados, produtos derivados do couro - fazem com que aqueles que tinham essa preocupação, deixem de tê-la, porque nós, quando apresentamos esse projeto, que proíbe a importação, circulação, comercialização ou o consumo de carne oriunda de países que usam anabolizantes, estamos em primeira mão preocupados com o consumidor paranaense e também preocupados em proteger o agropecuarista e o pecuarista paranaense e brasileiro.

Existe uma portaria ministerial, que proíbe o uso de anabolizantes no Brasil. Todos os pecuaristas brasileiros estão proibidos do uso de anabolizantes. Está comprovado que o uso do anabolizante dá um ganho de produtividade para os pecuaristas, em torno de 15 a 25%. Perdemos esse ganho de produtividade, mas em contrapartida não existe uma proibição da entrada de carne oriunda de países, como é o caso da Argentina, da Venezuela e dos Estados Unidos, que usam anabolizantes. Estamos, enfim, protegendo o consumidor e também o pecuarista nacional.

Se isso não bastasse, estamos vivendo também neste momento, exatamente nesta semana, um problema muito sério, que vai envolver não somente o Paraná, mas sim todo o País, principalmente os Estados do Sul, que agora conseguiram um certificado de Estados livres da febre aftosa. Surgiu um foco da aftosa no País vizinho, o Paraguai, e por uma questão cambial, existe uma comercialização muito grande da carne produzida no Paraguai com a Argentina. Já houve um abate de 3500 matrizes na Argentina e o que nos preocupa é que as autoridades brasileiras estão permitindo a vinda de animais da Argentina ou de carcaça para o Brasil.

Esse projeto, como podemos só atuar dentro do Estado do Paraná, estamos solicitando para que os nossos colegas, principalmente de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que também têm essa preocupação, primeiro, com relação ao uso de anabolizante. Mas, agora, imediatamente, falar com o deputado Orlando Pessuti, que é presidente do Bloco Agropecuário desta Assembléia Legislativa, para que tomemos uma posição imediata contra a entrada de animais, principalmente na exposição de Esteio, no Rio Grande do Sul, vindos da Argentina. Porque senão, talvez, todo o trabalho feito por diversos governos e, principalmente agora, atualmente, pelo ex-secretário Hermas Brandão e com o atual secretário Poloni, quando conseguimos colocar o Paraná livre da febre aftosa, estaremos aí correndo o risco com a entrada desses animais da Argentina, vendo esse trabalho de muitas pessoas, de vários governos - como disse - sendo jogado fora.

Senhores deputados, acho que é importante e peço, que todos nos ajudem na aprovação deste projeto.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Para Encaminhar, senhor presidente?

(Assentimento)

Senhor presidente, encaminho esse projeto, já falei sobre ele, por ocasião da 1ª discussão - somos amplamente favoráveis ao projeto de lei, porque temos que cuidar daquilo que interessa ao povo do Paraná e à saúde da nossa gente.

Sem sombra de dúvida, o consumo de carne com anabolizante é risco à saúde das populações. E da mesma forma, aqui, temos colocado o nosso ponto de vista em relação aos transgênicos, não poderíamos, aqui, deixar de colocar em relação aos anabolizantes. Não somos contrários que se utilize o anabolizante na criação, desde que se obedeça os prazos de carência, porque se fosse assim, não poderíamos permitir, que se utilizasse qualquer tipo de defensivo, de antibiótico, por exemplo, em um animal enfermo. Mas tudo tem o seu prazo de carência, para posteriormente, esta carne, este produto vegetal, poder ser consumido.

Então, o projeto do deputado Cezar Silvestri, vem de encontro a toda essa filosofia, mesmo com relação aos transgênicos. Não somos contra que se utilize a modalidade transgênica, mas desde que se identifique, que se diga que aquele produto foi produzido a base de uma modificação genética.

Então, somos a favor desse projeto, e concordamos com ele, que não tenhamos que ter uma preocupação, porque os outros países adotam, quando necessário, medidas de proteção. A Argentina mesmo criou uma série de obstáculos, recentemente, em relação a exportação do frango brasileiro, em relação aos móveis brasileiros, em relação aos calçados brasileiros. Enfim, temos que tomar os nossos cuidados.

E com relação a febre aftosa, tive a oportunidade, inclusive conversei com o deputado Augustinho Zucchi sobre isso, naquele dia em seu gabinete, presidente, quando o secretário Polloni estava ali. Depois, em Brasília, quando estivemos representando a Assembléia, junto com o deputado Miltinho Puppio e Divanir Braz Palma, conversamos com o secretário Polloni, no sentido de que adote todas as medidas necessárias à instituição de barreiras fiscalizatórias para não permitir a entrada de animais oriundos de países que sabidamente têm a febre aftosa. E alertei a ele, e inclusive ao secretário José Tavares, que no Paraná temos algumas propriedades ocupadas hoje pelo MST, e cito o caso, a Fazenda Corumbataí, no município de Jardim Alegre, onde os animais ainda não foram todos vacinados e que eles adotem as medidas, os entendimentos necessários junto ao MST, para que possamos vacinar os animais e não correr este risco.

Parabéns, deputado Silvestri, tem o seu projeto nosso apoio e nosso voto favorável.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

(Para Encaminhar)

Senhor presidente, acompanhando a mesma linha de raciocínio do deputado que propôs este projeto, encaminhamos também o substitutivo geral do projeto, incluindo a proibição, também, da entrada de derivados de carne oriundos da Argentina. Porque não basta somente proibirmos a entrada de carcaças, de animais vivos que são tratados com anabolizantes, mas também os produtos advindos daí, ou seja, os embutidos, no caso a lingüiça e outros produtos mais.

Pelo que entendo, senhor presidente, como disse o nobre deputado Orlando Pessuti, anabolizante nos Estados Unidos é usado normalmente para apressar o ganho de peso do gado, no trato do boi em confinamento. Anabolizante, nada mais é do que um tranquilizante, onde o gado fica sem stress, calmamente, não se movimenta, come mais, engorda mais rapidamente, a grosso modo. O Zuquinho tem condições técnicas de falar sobre este assunto, mas grosseiramente, é isso aí. Agora ele tem um prazo para que o corpo possa absorver seus efeitos colaterais. Nos Estados Unidos, após 120 dias é que a rês pode ser abatida, após o término do efeito do anabolizante. Agora, aqui no Paraná, não temos mecanismos que possamos medir, e essa é a minha preocupação, nobre deputado Cezar Silvestri.

Como vamos fiscalizar isso aí? A entrada dessa carne, a entrada desses produtos, esse é outro problema, porque hoje estamos assistindo, estamos sofrendo uma invasão de animais, possivelmente com febre aftosa, animais advindos do Paraguai, porque temos uma fronteira seca com aquele País de mais de 1400 quilômetros e não temos gente disponível para poder fazer a fiscalização e estamos correndo o risco de perder o nosso certificado pizotíades, que obtivemos com tanto sacrifício. Então, esse é mais um projeto que nós, como deputado, por consciência, estamos também participando e defendendo e ao mesmo tempo fazendo um apelo à Secretaria de Agricultura, porque é preciso mecanismos à disposição, urgentemente, para fiscalizar nossas fronteiras, caso contrário, os nossos esforços aqui de mantermos a sanidade dos nossos rebanhos, poderão ser jogados todos fora, porque os nossos vizinhos poderão vir para cá contaminar nossos rebanhos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em votação o projeto. Em votação o Substitutivo Geral.

Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 186/2000, de autoria do deputado Ademir Bier, dispõe sobre a obrigatoriedade da disponibilização de dados constantes no Diário Oficial do Estado do Paraná na Rede Mundial de Computadores (Internet) e dá outras providências.

Sobre o referido projeto, Substitutivo Geral de Plenário, de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, devidamente apoiado, nos seguintes termos:

**SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO, AO
PROJETO DE LEI Nº 186/2000**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, através do Departamento de Imprensa Oficial, autorizado a disponibilizar as informações constantes no Diário Oficial, na Rede Mundial de Computadores (Internet).

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.08.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoioamento:

Plauto Miró Guimarães, Ademar Traiano,
Augustinho Zucchi e um ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A proposição das emendas justifica-se ante a necessidade de sanear o projeto de lei relativamente à inconstitucionalidade contida no artigo 1º da proposta legislativa, porque invade competência legislativa estadual.

O parágrafo único, a exemplo do seu *caput* também apresenta inconstitucionalidade, consubstanciada no vício de origem posto que a iniciativa do processo legislativo que atribui atividade de natureza administrativa a órgão da administração pública (direta ou indireta) é exclusiva do governador, sempre que necessária aprovação do Poder Legislativo (artigo 66, inciso IV da Constituição Estadual).

Já a supressão do artigo 3º, justifica-se para efeito de adequar o projeto de lei, à técnica legislativa ditada pela Lei Complementar 95, de 25 de fevereiro de 1998, que define as normas gerais para elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal.

O projeto retorna à C.C.J..

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 233/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 12/2000, autoriza o Poder Executivo a incluir no Edital de Venda do Banco do Estado do Paraná S.A. - Banestado a manutenção, com exclusividade, pelo prazo de 05 (cinco) anos, das contas dos depósitos do sistema de arrecadação dos tributos estaduais, sistema de movimentação de valores e pagamento SIAF e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F..

PROJETO DE LEI Nº 233/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Edital de Venda do Banco do Estado do Paraná S.A. - Banestado a manutenção, com exclusividade, pelo prazo de 5 (cinco) anos, das contas dos depósitos do sistema de arrecadação dos tributos estaduais, sistema de movimentação de valores e pagamento SIAF - Sistema Integrado de Administração Financeira e conta do Tesouro Geral do Estado conta receita/conta única, contas dos fundos e programas, contas dos depósitos e movimentação das entidades da administração indireta e fundações públicas, bem como as disponibilidades dos fundos estaduais e pagamentos do funcionalismo público.

Parágrafo Único - O prazo de manutenção da exclusividade tratado no *caput* deste artigo poderá ser prorrogado mediante negociação que levará em conta o interesse público, sob a forma de reciprocidade e agregação de valores ao Estado.

Art. 2º - Aos empregados e aposentados das empresas que compõem o Conglomerado Banestado será assegurada a oferta de parte das ações de emissão do Banco do Estado do Paraná S.A. - Banestado pertencentes ao Estado do Paraná por ocasião de sua desestatização, observadas as condições a serem estabelecidas pelo Poder Executivo.

§ 1º - O Conglomerado Banestado, mencionado no *caput* deste artigo, compreende o Banco do Estado do Paraná S.A. - Banestado, suas controladas, fundações e caixas de assistência.

§ 2º - A oferta de que trata o *caput* deste artigo será de até 10% (dez por cento) das ações detidas pelo governo do Estado do Paraná que vierem a ser alienadas.

§ 3º - Caberá ao Poder Executivo definir as condições para a realização da oferta aos empregados e aposentados do Conglomerado Banestado, incluindo os critérios para habilitação dos empregados e aposentados, o montante e o respectivo percentual de ações a ser ofertado, o preço de venda e o deságio a ser aplicado em relação ao valor econômico das ações do Banco do Estado do Paraná S/A - Banestado.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.06.2000.

(a) PODER EXECUTIVO

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 233/2000**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a incluir no Edital de Venda do Banco do Estado do Paraná S.A. - Banestado a manutenção, com exclusividade, pelo prazo de cinco anos, das contas dos depósitos do sistema de arrecadação dos tributos estaduais, sistema

de movimentação de valores e pagamento SIAF e dá outras providências.

Chamada esta comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 15.08.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CESAR SELEME - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 233/2000

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei em tela, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 012/2000, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a incluir no edital de venda do Banco do Estado do Paraná S.A. - Banestado, a manutenção, com exclusividade, pelo prazo de 05 (cinco) anos, das contas dos depósitos do sistema de arrecadação dos tributos estaduais, sistema de movimentação de valores e pagamento SIAF e dá outras providências.

Fundamentação

A proposição já recebeu Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Chamada a opinar, esta douta Comissão de Finanças, acompanha o parecer da Comissão supracitada, manifestando o Parecer Favorável ao projeto de lei ora em análise.

Conclusão

Assim sendo, no âmbito desta Comissão Técnica, conforme o disposto no artigo 33, § 3º, do Regimento Interno, opinamos pela aprovação da matéria, manifestando o Parecer Favorável ao Projeto de Lei nº 233/2000.

Sala das Comissões, em 16.08.2000.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

Em votação.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Solicito ao 1º secretário que proceda a chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO

(**Luiz Carlos Alborghetti**)

(**Inicia a chamada nominal**)

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Gostaria de dizer que Vossa Excelência está sendo benevolente com o deputado Nereu Moura, porque já tínhamos aprovado esta matéria.

Então, estamos neste momento, fazendo a segunda chamada, mas sinto-me prejudicado em cima

desta questão. Entendo a posição de Vossa Excelência, mas o senhor deu esse projeto como aprovado e só estou fazendo esta pequena observação e quero que Vossa Excelência entenda a minha posição, porque esperamos que numa próxima oportunidade Vossa Excelência tenha a mesma benevolência com a Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Entendo a posição de Vossa Excelência, deputado Rossoni. Aliás, acho desnecessária essa colocação do deputado Nereu Moura, porque estamos votando, hoje, em 1ª discussão.

É evidente que na sessão de amanhã, surgiriam emendas, assim por diante.

Mas, apenas para esclarecer a Vossa Excelência, a qualquer momento o deputado Nereu Moura teria ou tem o direito de exigir a verificação de *quórum*.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Quero comunicar a Casa que teremos dentro de poucos instantes, às 16:00 horas, uma audiência que estava anteriormente marcada, da CPI do Narcotráfico, no Plenarinho da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Solicito ao senhor 1º secretário que continue a chamada nominal.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (**Pela Ordem**)

Gostaria de fazer um convite a todos os deputados desta Casa, para que tendo oportunidade, se dirijam até o município de Pinhais, para conhecer um dos futuros pontos mais bonitos deste Estado, que é a Represa do Iraí - a barragem do Iraí, com 14 km2. É um convite que estamos fazendo a todos os deputados desta Casa. Vale a pena ver aquela obra, é uma das grandes obras do governo Jaime Lerner.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

27 senhores deputados responderam a chamada nominal.

Não há número legal para prosseguirmos a votação.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Questão de Ordem**)

Senhor presidente, estamos, neste momento, com 28 senhores parlamentares em Plenário. E gostaria de levantar outra Questão de Ordem: estamos com dois deputados licenciados, estamos com 52 deputados votantes nesta Casa. Então, hoje, o número exigido não é 28. Então, requeiro nova chamada, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quero esclarecer o seguinte: primeiro ponto, a questão do deputado licenciado ou não, não importa, em hipótese alguma. O número para o *quórum* é de 54 sen-

hores deputados, não importa quantos tenham se licenciado ou não. Esta presidência defere o pedido para nova chamada nominal.

(É feita nova chamada nominal)

O SR. 1º SECRETÁRIO

(Luiz Carlos Alborghetti)

Vinte e sete senhores deputados estão presentes.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, quem pediu a verificação de quórum foi o deputado Nereu Moura.

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

Não há número legal para a votação da matéria.

Está encerrada a discussão da matéria e será votada na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

Sobre a mesa, requerimento nº 1520, de autoria do senhor deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 17, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 233/2000.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 145/98, 220/97, 625/99 e 221/2000.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 632 e 656/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 115 e 217/2000.

Levanta-se a sessão.